



RESENHA

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Talita Ingrid da Silva - Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mail: talita.ufpa@hotmail.com

Octavio Ianni é um dos maiores sociólogos brasileiros e percussor da consolidação da Sociologia no Brasil. Nascido em 1996 na cidade de Itu-SP, formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (USP). Doutorou-se em 1961, pela mesma universidade, onde lecionou até 1969, quando, em decorrência do AI-5, foi aposentado compulsoriamente. Foi membro do Cebrap e professor visitante em universidades americanas e europeias, assim como professor da PUC-SP e da UNICAMP. Faleceu em abril de 2004, deixando um legado teórico perpetuado em mais de 27 livros que versam sobre diferentes temas como a questão agrária, da raça e do desenvolvimento de um Brasil moderno. O reconhecimento de sua contribuição intelectual veio por meio do prêmio Jabuti em 1993, do troféu Juca Pato de intelectual do ano e do prêmio da Academia Brasileira de Letras, ambos em 2000.

A primeira edição do livro *Origens agrárias do Estado Brasileiro*, de Octavio Ianni, foi publicada em 1984, sendo a segunda edição publicada em 2004 pela Editora Brasiliense. Os trabalhos que compõem este livro foram escritos em diversas ocasiões, entre 1961 e 1983, sendo alguns ensaios publicados no ano de sua produção. No conjunto, este livro abarca um tempo que vai desde a abolição da escravatura até 1983. O livro está organizado em três partes com vários subtítulos que versam sobre a classe operária no campo, as classes agrárias, a sociedade nacional e por fim sobre a agricultura e o Estado.

Na primeira parte: *A classe operária vai ao campo*, Ianni descreve a expansão da cafeicultura compreendida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O *lôcus* dessa análise é o município de Sertãozinho, no Oeste Paulista, e o autor caracteriza a colonização desta área que, por meio da

cafeicultura, tornou-se município. Três fatores foram condicionantes para o apogeu da cafeicultura em Sertãozinho: o declínio do trabalho escravo por meio da lei da abolição da escravidão, a aceitação do trabalho livre e principalmente a imigração de trabalhadores europeus, em sua maior parte italianos. A marcha do café no Oeste Paulista modificou completamente a paisagem e as relações sociais até então estabelecidas. Segundo Ianni, “A marcha do café criou fazendas e cafezais, colônias e casas grandes, vilas e cidades. Toda uma sociedade de base agrária e capitalista se formou nessa região (p. 12)”.

Grandes latifúndios foram criados com a expansão da cafeicultura. Essas terras pertenciam a três principais famílias: Schimidt, Dumont e Martinho Prado. Era dificultado por meio de uma recomendação do governo a posse legal da terra para o trabalhador da cafeicultura, assim como foram proibidas as doações e as posses espontâneas de terra, tornando assim, mais custosa a aquisição da terra. Com todo esse controle sobre a terra, os trabalhadores eram obrigados a ficar nas plantações e submetidos a condições de trabalho análogo à escravidão. Apesar de a monocultura do café ser preponderante, simultaneamente se “desenvolviam e dinamizam as forças produtivas e as relações de produção na região” (p. 18).

No subitem *O escravo e o imigrante*, Ianni afirma que no começo da cafeicultura em Sertãozinho, o braço escravo entrou tanto na formação das plantações quanto no seu trato, sendo posteriormente substituído pelo trabalho remunerado do imigrante italiano. Com as péssimas condições de trabalho, era bastante instável e móvel a população dos colonos nos cafezais, pois esses colonos estavam sempre em busca de melhores condições de trabalho e vida.

No tópico *O colonato*, Ianni descreve a vulnerabilidade social do imigrante, que chegava desprovido quase por completo das coisas mais essenciais à subsistência. Esses imigrantes tinham sua viagem ao Brasil paga pelo governo brasileiro, os donos dos cafezais lhes entregavam uma pequena casa de tijolos, objetos de primeira necessidade e lhe abriam um crédito, e já de início estavam endividados. O contrato de trabalho sobre o regime do colonato previa o trabalho de toda a família na fazenda, o que causava revolta nos colonos que se queixavam que seus filhos ficavam sem ir à escola e apartados da sociedade. Além disso, os colonos eram obrigados a comprarem seus mantimentos no armazém da fazenda que fixava preços abusivos. Devido aos maus tratos a que foram submetidos esses primeiros imigrantes, crises diplomáticas se estabeleceram, chegando ao ponto da interrupção nos fluxos migratórios. O fazendeiro se considerava um soberano absoluto sobre os colonos, fato que gerava tensões que provocavam greves de colonos, incêndios e assassinatos. “Tantas foram as tensões, lutas e negociações, que no Brasil o sindicalismo rural surge nessa época” (p. 28).

No item *A transição da monocultura à policultura*, Ianni aponta o ano de 1918 como o início do declínio da monocultura do café que ocorria principalmente pelo *boom* da superprodução, acompanhada de geadas e secas. Nesse mesmo ano se assiste também, ao processo mais acentuando da diversificação das atividades produtivas no campo. Nessa ocasião é que surgem e se desenvolvem as culturas algodoeiras, cítricas, da cana-de-açúcar e outras. Simultaneamente se desenvolvem as unidades fabris e artesanais, e se acelera a urbanização dos núcleos populacionais, provocando rearranjos nas estruturas sociais e produtivas. Ianni ressalta ao longo do texto que a economia de Sertãozinho sempre esteve relativamente diversificada, o que contribuiu para que não entrasse em colapso com as crises periódicas da monocultura cafeeira. Apesar disso, “ao longo das décadas compreendidas entre 1880 e 1930, o café predominou nas atividades e nas preocupações da burguesia local” (p. 33).

No sub-tópico *A formação da economia açucareira*, Ianni aponta que o ciclo da cana-de-açúcar começou em torno de 1944. Nesse ano, a área cultivada com a cana ultrapassou a área cultivada com o café em Sertãozinho. Nessa nova fase da monocultura brasileira, temos um elemento novo, a usina, que transcende os limites entre o rural e o urbano, se impondo como uma categoria político-econômica poderosa, mexendo com toda a dinâmica até então estabelecida com o ciclo do café. Com a mecanização do trabalho na cana-de-açúcar, levas de trabalhadores são dispensados, gerando a transferência para a cidade de uma parte significativa da mão-de-obra rural. Assim, desde a chegada da agroindústria açucareira, modificaram-se substancialmente as polaridades tidas como intransponíveis entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, os operários e os burgueses. Segundo Ianni, “para uns a cana é doce; para outros, a maioria, ela é áspera” (p. 39).

No item *A expansão da agroindústria açucareira*, se observa que a expansão dessa agroindústria ganhou seu apogeu a partir de 1960, quando Cuba, até então maior produtora mundial de açúcar, perde sua cota no mercado norte-americano em decorrência da vitória da revolução socialista. Tal fato marcou o início da exportação do açúcar brasileiro para o mercado interno norte-americano, o que fortaleceu decisivamente a expansão no Brasil dessa agroindústria. Ianni observa que esta agroindústria tornou bastante urbanizados as relações sociais, os valores e os padrões de pensamento e comportamento nos canaviais e nas usinas.

No subitem *A sociedade da usina*, temos uma sociedade com regras bem definidas que se estabelecem em torno da usina. Toda uma humanidade vive e se reproduz nas usinas e canaviais, que em geral se compõe de famílias completas, às vezes de três gerações. A usina rompe com a dicotomia entre urbano e rural, e

nessa sociedade habitada pelos trabalhadores da usina, temos o surgimento dos núcleos urbanos com serviços essenciais disponíveis (saúde, escola, assistência social etc.). Assim, a usina pode ser vista como um mundo social complexo e relativamente autônomo, e se constitui propriamente como uma cidade no campo. Vários dispositivos de amparo ao trabalhador também estão presentes no mundo social da usina como Prorural, Funrural, CLT, INPS, dentre outros. É importante ressaltar que as usinas foram amplamente financiadas pelo Estado, o que pode apontar, dentre outras coisas, a coalizão de interesses entre a esfera estatal e os donos dos canaviais, confluindo para a permanência de práticas clientelistas apontadas por Ianni.

No tópico *O operário da usina e do canavial*, temos um marco histórico para a classe trabalhadora. Trata-se da lei trabalhista aprovada em 1944, em que é definida juridicamente a condição do operário rural e industrial do setor canavieiro. Com esta legislação, se torna obrigatória a garantia de salários fixos sem descontos, o acesso à moradia, à saúde e à educação, dentre outros. No entanto, os benefícios dessa legislação não abrangem os trabalhadores rurais de imediato, que somente a partir de 1959 são reconhecidos como operários da usina e amparados pela CLT. Podemos observar o árduo e longo percurso para a inclusão do trabalhador rural nas leis trabalhistas. O Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, representa uma grande conquista para a categoria, que pode recorrer e se amparar em uma legislação que estabelece direitos específicos a essa classe trabalhadora.

No subtópico *O boia-fria*, Ianni caracteriza essa modalidade de trabalho como a forma mais desenvolvida em que se expressa o caráter das relações de produção na agroindústria canavieira, pois esse trabalhador reside fora das terras da usina e é contratado somente nas safras. Essa forma temporária de trabalho surge em detrimento do rigor da legislação trabalhista e da crescente mecanização da produção que causa o desemprego estrutural. Os boias-frias são contratados geralmente pelo dono do caminhão ou os chamados gatos. Esses “subpatrões” têm a tarefa de recrutar os “melhores braços”, e os rendimentos desses “subpatrões” dependem diretamente do trabalho desenvolvido pelo boia-fria que tem que desempenhar o máximo da eficiência da sua força de trabalho para garantir sua contratação na próxima safra. Ianni cita vários relatos de boias-frias e donos de caminhões, evidenciando a alarmante precarização nas condições de trabalho e mostrando o horizonte nebuloso que perpassa a vida desses trabalhadores, que almejam como objetivo principal das suas vidas a conquista de um pedaço de terra para plantarem e viverem.

No item *A classe operária*, Ianni analisa a variação da contratação da mão-

de-obra pelo fazendeiro, mostrando que essa classe operária não é homogênea, e sua contratação está diretamente condicionada ao ciclo da agricultura e da indústria açucareira, o que torna esse trabalhador rural ainda mais precarizado. Ianni explica a diferença entre as condições de trabalho e vida dos trabalhadores residentes nas fazendas e os não residentes. Os primeiros são contratados com carteira assinada, o que assegura seus direitos, os segundos recebem pelo “produto” do seu trabalho e são considerados mão-de-obra residual facilmente substituída.

No apêndice *Trabalho e multiplicação*, Ianni faz uma análise interessante da relação entre trabalho e multiplicação na monocultura do café e da cana-de-açúcar, mostrando as diferenças de sentido e de compreensão do tempo vivido pelos trabalhadores desses dois períodos da agricultura brasileira. A indústria açucareira é responsável pela urbanização do campo, que insere elementos fundamentais para a reorganização da estrutura familiar, como a pílula contraceptiva que possibilita o controle pela mulher da reprodução familiar, e as condições da prática sexual que passam a ser subordinadas pelas relações e estruturas político-econômicas vigentes no lugar. Enquanto na cafeicultura as relações de compadrio, de parentesco, a confissão religiosa e a identidade étnica eram elementos regentes das relações sociais, no período açucareiro a ênfase da dinâmica social passa a ser a educação formal, a profissão, a carteira de trabalho, o salário regular e principalmente o controle da natalidade e a presença significativa da mulher no trabalho. Sob o domínio da cafeicultura, a multiplicação de filhos significava a multiplicação da força de trabalho, a família grande era um modo de gerar poupanças, em contraponto, na sociedade da usina os filhos representam mais bocas para alimentar e um grande fardo para a mulher.

Na segunda parte: *Classes agrárias e sociedade nacional*, Ianni faz um recorte temporal com a revolução de 1930, para analisar os impactos da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Esse momento é decisivo para a política brasileira, pois legitima a vitória de um líder da classe urbana sobre as tradicionais oligarquias agrárias. Nesse cenário ocorre a efetivação do predomínio da cidade sobre o campo, é quando o setor industrial suplanta o setor agrícola no controle das estruturas de poder.

No tópico *A constituição do proletariado agrícola*, Ianni analisa os impactos das inovações tecnológicas e a adoção de procedimentos racionais de organização e administração da empresa agrícola, nas transformações do modo de produção. O sistema industrial passa a ser o senhor do campo, exercendo uma ação polarizadora sobre a população agrícola, promovendo deslocamentos compulsivos para os centros industriais. Desse modo, toda uma geração de trabalhadores rurais se

veem substituídos por máquinas e sendo obrigados a se adequarem às novas tendências sazonais do mercado de trabalho.

No item *Relações de produção e proletariado rural*, Ianni analisa a história do trabalhador agrícola brasileiro, sobre o prisma de três atores principais: o escravo, o lavrador e o operário rural. Contextualizando a partir da revolução de 1930 os novos desenhos de mercado, em que são rompidos os vínculos que mantêm o lavrador como parte do sistema social da fazenda. Para Ianni, “no momento em que o trabalhador agrícola se transforma em assalariado, surge o proletário rural” (p. 121). A constituição do proletariado rural é perpassada também por transformações culturais e padrões de comportamentos, que ensejaram a emergência de movimentos sociais que contestavam dentre outras coisas, as condições de trabalho e a posse da terra. Dentre esses movimentos, estão o Messianismo, o Cangaço, as ligas camponesas e o sindicalismo rural.

No subitem *Bóia-fria e mais valia*, Ianni volta a ressaltar as características desse trabalhador, que é um assalariado ocasional ou temporário, trabalha bastante ao longo do ano, mas em períodos intermitentes. A condição de trabalhador marginal, a que é submetido, o obriga a trabalhar longa e intensamente, além do limite necessário a sua reprodução social, produzindo desta forma mais valia pela extensão da sua jornada de trabalho. O boia-fria, diante dessa situação, tem duas grandes ambições: um emprego estável com todos os direitos garantidos e um lote de terra. Para Ianni, “o bóia-fria é produto da desagregação das relações de produção vigentes no regime do colonato que predominou na cafeicultura” (p. 133).

No subtópico *Classes sociais rurais*, Ianni mostra como essas classes se formaram no contexto da expansão intensiva e extensiva do capitalismo no campo. Essas classes se articularam ao longo dos anos para garantirem seus direitos, criarem seus sindicatos, elegerem seus representantes e apoiarem movimentos de contestação das estruturas de trabalho vigentes, como as pautas de reivindicações levantadas pelas ligas camponesas. Desde o período da cafeicultura até a ebulição das classes sociais no campo, foi registrado um grande legado de lutas e conquistas pela classe trabalhadora. Para Ianni, “a história brasileira é a história da formação da sociedade das classes sociais no campo e na cidade” (p. 143).

No tópico *Lutas sociais no campo*, Ianni descreve a visibilidade tomada pelas frentes de reivindicação de trabalhadores e minorias étnicas para garantirem o direito à posse da terra, o acesso às políticas públicas para o campo e a preservação da sua identidade étnica. Ianni explica como os órgãos federais que foram criados com o propósito de ajudar a população que habita no campo, agiam contrariamente, favorecendo a permanência de latifúndios e assegurando

privilégios aos donos de fazenda. Um exemplo citado pelo autor é o caso dos indígenas da reserva de Nonoai do Rio Grande do Sul, que estavam envolvidos em um conflito de terra. O Incra entra em ação para “apaziguar” o conflito, propondo aos indígenas migrarem para o estado de Mato Grosso. Desta maneira, “o Incra consegue transformar mais um conflito de terra em um negócio de terras, favorecendo empresas ou cooperativas de colonização, nas quais os posseiros são submetidos a colonização dirigida” (p. 157).

No item *A sociedade agrária*, Ianni aponta os fatores de sua constituição, tais como as forças produtivas, o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho, o planejamento governamental e a violência estatal. Esses fatores se combinaram na ocupação da Amazônia que foi altamente financiada por incentivos governamentais e pelo capital estrangeiro. O objetivo desse empenho visava a implementação de uma cultura agrária, protagonizada principalmente por migrantes sulistas, que entraram em conflito com os moradores locais que tinham a floresta como a extensão dos seus quintais, uma vez que os amazônicos até então não tinham essa dimensão da propriedade privada da terra, utilizando-a em regime comunal. Toda essa financerização da terra possibilitou o surgimento de empresas agropecuárias capitalistas geridas pelo grande empresário. Toda essa reconfiguração econômica no campo, em grande parte orquestrada pelo Estado, cria a necessidade de um controle estatal mais dirigido que é operacionalizado pelas agências de desenvolvimento regionais (Sudene, Sudam e Sudesul) que eram responsáveis por dinamizar as economias locais.

No subitem *Formas sociais da terra*, Ianni observa a relação social que se estabelece entre o homem e a terra, a sociedade e a natureza. Mostrando que a terra transcende a vida material, está humanizada no imaginário do trabalhador rural, que a compreende como um “ser vivo e autônomo”, capaz de se revoltar e de proporcionar dias felizes, é fonte de trabalho e história. Ianni descreve episódios de pendências e conflitos que permeiam os usos sociais da terra, tais como o movimento de posseiros de Trombas e Formoso, em Goiás, o conflito do Oeste Paulista e a construção da rodovia Belém- Brasília. Ianni observa que os conflitos agrários são impulsionados pelo desenvolvimento intensivo do capitalismo no campo. A partir do golpe militar de 1964 “reativam-se antigas lutas e multiplicam-se novas” (p. 177) atreladas ao movimento da reforma agrária. Os relatos dos migrantes, descritos por Ianni, evidenciam o movimento da terra em todo país, mostrando que esses migrantes são frequentemente expulsos e realocados. Para Ianni, a luta pela terra no Brasil expressa três formas da metamorfose do capital: a acumulação originária que pode favorecer, dentre outras coisas, a monopolização da terra; a fazenda que é uma forma de propriedade da terra; e

a empresa agroindustrial que além de se estabelecer como propriedade privada, modifica a relação do homem com a terra.

Na terceira parte: *Agricultura e Estado*, Ianni analisa nesse momento final do livro a atuação do Estado diante da afirmação da agricultura como base fundamental da economia brasileira. Assim, estuda principalmente dois momentos históricos, a revolução de 1930 e o golpe militar de 1964, como acontecimentos determinantes para a dinamização da agricultura por meio da capitalização do empresário agrícola via recursos governamentais e estrangeiros. Aponta também o empoderamento do trabalhador rural frente à avalanche capitalista no campo.

No tópico *A crise do café e a revolução de 1930*, Ianni aponta a crise econômica mundial iniciada em 1929 como um marco político que modificou bastante o pensamento econômico e o significado da atuação do poder público na economia, abrindo as portas para a afirmação do liberalismo econômico como modelo homogêneo para as sociedades capitalistas. Os anos 1930 condicionaram o Brasil a romper com suas estruturas mais consolidadas de economia e Estado. Assim, por um lado a crise da superprodução do café tornou urgente pensar novas formas de economia, e nesse caso optou-se pela monocultura da cana-de-açúcar. Por outro lado, o Estado brasileiro assiste a um acontecimento político inédito, a revolução de 1930 que depõe a oligarquia agrária e estabelece a prevalência das classes urbanas em detrimento das rurais, iniciando assim, o ciclo da industrialização brasileira comandada por Getúlio Vargas.

No subitem *As ligas camponesas e a criação da Sudene*, Ianni torna claras as estratégias de dominação do Estado por meio das agências de desenvolvimento regional como a Sudene, que surgiu em um momento de tensão, em que se revelavam os antagonismos da sociedade no Nordeste. Assim, as lutas sociais adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário, protagonizadas principalmente pelas ligas camponesas que elegiam líderes políticos de esquerda e o movimento do Cangaço que vingava a opressão do povo. Ianni comenta o papel desempenhado pela Sudene nas experiências de transferências populacionais de nordestinos para São Paulo, conservando dessa forma as estruturas fundiárias do país.

No subtópico *O Estado e o trabalhador rural*, Ianni descreve a relação dialética entre trabalhador rural e Estado desde a escravidão até o Estatuto do Trabalhador Rural, analisando a política maquiavélica de “morde e assopra”, protagonizada pelo Estado, que sempre esteve presente na regularização do trabalho no campo, instituindo leis favoráveis à precarização do trabalhador rural, mas por outro lado, lhes assegurava garantias legais como as previstas na CLT e no Estatuto da Terra.

No último item *A questão agrária e as formas do Estado*, Ianni faz um resgate histórico desde a escravidão até a década de 1980 comentando as metamorfoses do Estado Brasileiro frente as mudanças nas estruturas agrárias que marcam a história do Brasil. Conclui que dois fatores foram cruciais para determinar os caminhos tomados pela estrutura agrária: a abolição da escravatura e a ditadura militar.

Neste volume Octavio Ianni demonstra seu vasto conhecimento acerca da questão agrária brasileira, comentando os resultados de suas pesquisas em várias regiões do país, dentre elas a Amazônia, onde relata suas experiências no Sudeste do Pará, no município de Conceição do Araguaia, narrando toda a tecnologia presente nas fazendas deste município que contava com altos financiamentos de bancos públicos. Este autor empenha-se em demonstrar detalhadamente os condicionantes e as características das grandes transformações sofridas pela estrutura agrária brasileira, nos conduzindo desde a abolição da escravidão até o ano de 1983. É um livro democrático, que mescla as experiências vividas pelo autor com dados institucionais. É de significativa relevância para compreender os desdobramentos da agricultura e sua vinculação com as mudanças políticas. Trata-se de uma leitura obrigatória para os pesquisadores que abordam a temática agrária brasileira. Com uma escrita simples, o autor nos fornece subsídios teóricos que nos provocam a refletir criticamente sobre a permanência de práticas clientelistas no campo e a renovação de tradicionais oligarquias agrárias no poder público. Evidencia que o desenvolvimento econômico e social do Brasil foi marcado pelo permanente esforço do Estado em dinamizar a agricultura e integrar o trabalhador rural em formas precárias de contratação de trabalho, beneficiando grupos específicos, como os fazendeiros. Observa o papel do Estado, por meio das agências de desenvolvimento, para manter as desigualdades e conflitos regionais. Além disso, ao realizar uma longa contextualização histórica das *Origens agrárias do Estado Brasileiro*, o autor nos passa a responsabilidade em pensar possíveis mudanças desse histórico de exploração, tanto da terra quanto do trabalhador rural.

Texto submetido à Revista em 16.06.2017

Aceito para publicação em 28.12.2017

